

PAINEL S.A. | **Julio Wiziack**

painel@ufolha.com.br

Os sem poderes

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) deve se encontrar com o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, para pedir que as prefeituras sejam excluídas de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça, presidido por ele. A medida põe fim a execuções fiscais abaixo de R\$ 10 mil. A frente afirma que as multas aplicadas nas cidades ficam abaixo desse patamar, o que afeta o caixa e a autoridade da administração.

CANETA SEM TINTA "Vai funcionar com um estímulio à fração de trânsito", disse Edinho Silva, prefeito de Araraquara (SP) e secretário-geral

da FNP. "Se não pudermos mais cobrar [valores tão baixos], tanto faz se o cidadão é multado ou não. Isso fere a autoridade municipal."

EM CASCATAS A medida foi uma exigência após um julgamento do STF. Um estudo da própria corte revelou que, na arrecadação das execuções de menor valor, o total recuperado foi inferior a 2% das ações. Em contrapartida, com o projeto dos títulos antes da cobrança judicial, esse índice foi de mais de 20%. Hoje, 55% das execuções são de baixo valor, o que encarece a justiça e causa lentidão processual.

UM BOM DIA Viagem oficial do presidente da França, Emmanuel Macron, ao Brasil, prevista para março, terá a assinatura de um acordo de coo-

peração para a estocagem de gás natural. O primeiro projeto será uma parceria entre a Origem Energia e a Engie.

NA SALA O gás virou novo palco para atritos entre o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates. A estatal afirma que o preço alto se deve à falta de demanda. Assessores do Planalto dizem que, com o acordo, Silveira quer criar uma demanda, causando constrangimento a Prates.

NA TORÇIDA Técnicos do governo afirmam que a briga

interessa à indústria. O setor químico opera com 70% de ociosidade por falta de gás e a mineradora Vale já envia o minério para ser beneficiado em Orelândia, no pólo do México, porque o preço do gás é mais baixo lá do que no Brasil.

BÔNUS Levantamento do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa mostra que a pandemia turbinou os salários de executivos, conselheiros e diretores de empresas listadas na B3. As maiores remunerações foram pagas a executivos escutários (média anual de R\$ 3,7 milhões para cada). O valor é quase 35% maior que

em 2020, último período disponível. Presidentes de conselhos ganharam R\$ 3,8 milhões, quatro vezes mais que os demais conselheiros.

TUTOR Um grupo de médicos lançou o R\$ MED, aplicativo que promete melhorar as consultas, evitando erros médicos. Estima-se que eles representem 7% dos processos movidos contra profissionais, clínicas, hospitais e planos. A ferramenta funciona como co-piloto, garantindo que o prontuário médico seja ideológico, evitando que sejam sucintos e sem detalhes, o que fragiliza o médico na justiça

com Diego Felix



O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Arquivo Cria - 30 jan/24/Agência Brasil

Governo tenta retomar em lei contribuição sindical

Ministério vai incluir taxa em proposta sobre trabalho no comércio nos feriados

Cristiane Garcia
e **Lucas Marchesini**

SÃO PAULO E BRASÍLIA O governo Lula (PT) tenta retomar a contribuição sindical em um projeto de lei sobre trabalho nos feriados. A proposta foi apresentada pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. O tema foi debatido em reunião nesta terça (27) entre Marinho, Alexandre Padilha (Relações Institucionais), deputados e sindicalistas.

Para ganhar tempo, o MTE vai manter suspensa por mais 90 dias a portaria que trata sobre o trabalho no comércio nos feriados. A medida, que entraria em vigor em 1º de março, dificultava as atividades em dias de folga.

A medida causou polêmica em 2023 ao derrubar regra do governo Jair Bolsonaro (PL) que permitia o trabalho

aos domingos e feriados sem acordo com entidades representativas dos trabalhadores. O governo petista quer que se adote negociação coletiva, como dita a lei. Ante a repercussão negativa, o MTE suspendeu a entrada em vigor até março deste ano, medida a ser renovada por mais três meses.

Agora a intenção de Marinho é regulamentar as regras do trabalho aos feriados e a cobrança da contribuição assistencial em legislação única a ser apresentada ao Congresso. O texto será um projeto em regime de urgência.

Segundo o deputado Luiz Gastão (PSD-CE), que participou do encontro, há uma minuta do projeto. A proposta deverá ser ampliada e apresentada pelo MTE em 15 dias.

"É preciso ter os critérios do que vai estar na convenção [para a cobrança da contri-

buição]. Para você fazer uma convenção tem de ter uma assembleia, tem de ter um percentual mínimo de participação, e isso vale para os sindicatos de trabalhadores e para patronal", disse Gastão.

Procurador do MTE, divulgou nota confirmando a suspensão da portaria e o adiamento da medida sobre trabalho aos fins de semana por mais 90 dias.

"A decisão foi tomada durante reunião que contou com a presença do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, representantes sindicais e das frentes parlamentares do Comércio e Serviços e do Empreendedorismo", afirmou o MTE.

O deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), que também foi à reunião, disse que o projeto de lei deve valorizar a livre negociação entre as partes, mas concorda que é preciso legislação estabelecendo parâmetros de segurança jurídica.

"Temos que fazer uma lei que não precise de portarias, que seja autoaplicável", diz o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA).

Há deputados que dizem que há regras hoje sobre a questão do trabalho aos domingos. Para a contribuição, no entanto, dizem, é preciso haver regras.

No ano passado, os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) definiram que é constitucional a cobrança de contribuição assistencial de trabalhadores, sindicalizados ou não, desde que de finida em assembleia e com

Turno do STF forma maioria para livrar Petrobras de condenação

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal formou maioria para manter decisão que livra a Petrobras de uma condenação bilionária trabalhista, o que pode encerrar o processo para uma sentença definitiva. Três ministros rejeitaram um novo recurso apresentado por sindicatos contra decisão da própria corte que havia anulado a condenação à Petrobras pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho).

Em julgamento no plenário virtual, o ministro Flávio Dino, empossado semana passada no STF, deu o terceiro voto para acompanhar os votos do relator, Alexandre de Moraes, e da colega Carmen Lucia, para rejeitar o recurso. Em 2019, o TST condenou a Petrobras e deu ganho de causa aos funcionários em uma ação com impacto de R\$ 17 bilhões para a companhia.

A causa está relacionada à remuneração Mínima de Nível e Regime (RMNR), uma rubrica que diz respeito a regimes especiais de trabalho, o que adicional é constitucional a cobrança. Posteriormente, o Supremo reverteu a condenação em uma série de decisões.

direito de oposição.

Reportagens da Folha mostraram que há práticas consideradas abusivas por entidades, como valores elevados e entraves para a recusa ao pagamento da contribuição. O imposto sindical foi extinto na reforma trabalhista, de 2017. Com a constitucionalidade da regra, um grupo de trabalho começou a debater solução para a cobrança, que para custear os sindicatos de trabalhadores. A ideia é reforçar esse instrumento por via legal, não apenas judicial.

Um impasse sobre a forma de deposição à taxa, no entanto, não permitiu que se chegasse a um acordo no ano passado, mas a intenção é que os debates não ultrapassem o primeiro semestre deste ano. Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores) e do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, que representa 550 mil trabalhadores e emitiu representante à reunião, diz ser favorável a um debate único sobre contribuição sindical e trabalho aos feriados.

Para ele, a legislação é clara sobre o trabalho aos feriados e não haveria a necessidade de novas regras, mas aceita a discussão conjunta.

"É mais fácil, porque já resolve essas duas questões, para as quais foi criada uma ce-leuma desnecessária. Vamos pacificar no Parlamento, debatendo. O papel deles [parlamentares] é fundamental, e que a gente tenha uma luz para essa situação".

Ivo Dall'Aquila Junior, vice-presidente da FecomercioSP (federação do comércio de SP) e diretor da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), disse acreditar que uma lei de garantia jurídica do que a edição de decretos e portarias.

"O ministro prorrogando a vigência e dando oportunidade de para a gente aprofundar o diálogo é fundamental. O parlamento é se sempre será o espaço para isso. O ministro Marinho não quer usar a caneta, quer que os interessados se entendam. Então a gente tem que discutir e dialogar à exaustão".

A Facesp (Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo) distribuiu nota na noite desta quarta repudiando a medida.

A associação, que reúne 420 entidades paulistas, disse ser contra o debate em torno da contribuição assistencial por se tratar de financiamento de "estruturas arcaicas que mais prejudicam do que auxiliam a relação entre empregado e empregador".

Segundo o governo, os 90 dias serão o prazo para que uma mesa de negociação com representantes do governo, trabalhadores e empresas chegue a um acordo.

"Nós temos certeza de que as partes chegarão a um texto que contemplará o funcionamento do nosso comércio na sua plenitude", afirmou Marinho, em nota, sem citar a contribuição sindical.

Trabalhador poderá pegar consignado em plataforma do FGTS digital

Lucas Marchesini

BRASÍLIA O trabalhador da iniciativa privada poderá realizar empréstimos consignados a partir da plataforma digital do FGTS, anunciou nesta terça-feira (27) o ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

A medida servirá como alternativa para o saque-aniversário do FGTS e diminui a pressão contrária de bancos e da Fazenda, que temem que a extinção da modalidade possa restringir o acesso a crédito e prejudicar a economia. Os bancos oferecem empréstimos garantidos pelos valores do saque-aniversário.

Marinho afirmou que um projeto encerrando a modalidade será enviado ao Congresso em março.

O governo federal tenta viabilizar o fim do saque-aniversário desde o ano passado, com o envio do projeto sendo adiado sucessivamente diante das resistências dos parlamentares.

Hoje, o trabalhador que opta pelo saque-aniversário deixa de ter direito ao saque dos valores do FGTS na demissão, tendo direito apenas à multa de 42% sobre o FGTS pago pela empresa — o que é negativo, na visão de Marinho.

"Uma das funções [do FGTS] é trazer a proteção ao desemprego. Com saque-aniversário, não pode sacar o saldo sendo que foi pensado como poupança para caso de desemprego".

O saque-aniversário foi criado em 2019 no governo Jair Bolsonaro (PL) e efetivado em abril de 2022.

O consignado para os trabalhadores da iniciativa privada substituirá o saque-aniversário como fonte de recursos para o trabalhador.

Agora, quem tem recursos no FGTS poderá realizar o empréstimo diretamente através da plataforma digital do fundo.

Isso será possível porque em março começa a funcionar o FGTS Digital. Nele, as empresas lançarão os valores de FGTS através do e-Social, eliminando a necessidade de usar sistemas diferentes para que o setor privado preste informações ao governo federal.

Os saldos no FGTS recebem atualização monetária mensalmente e juros de 6% ao ano. Além disso, o fundo tem distribuído nos últimos meses o lucro das operações.

Em 2023, por exemplo, foram creditados R\$ 127 bilhões (referred to as resultado de 2022). A rentabilidade foi de 7,5%, acima da inflação medida pelo IPCA, que ficou em 5,25% em 2022.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

CNPJ 06.933.076/0001-05

Coleção - Processo IPT Nº 01.00093.2024 - 0829091.2024

Objeto: Associação e Registro em Livro de Consórcio e O-Arg sobre, natureza ou forma, termo, elemento ou lado.

Coleção - Processo IPT Nº 01.00094.2024 - 0829070.2024

Objeto: Associação e Registro em Livro de Consórcio - Natureza, termo, elemento ou lado.

Data Final para apresentação de proposta: 01/03/2024 até às 17:00h.

Estabelecimento autorizador poderá ser consultado através de telefonema ou e-mail: (11) 3347-4039 - 3347-4039 - 3347-4039 - Departamento de Compras.

ipt